

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	LEI Nº 11.187, DE 19 DE OUTUBRO DE 2005 (ENTRADA EM VIGOR EM 18 DE JANEIRO DE 2006)	1
1.	Generalidades	1
2.	Juízo de admissibilidade do agravo.....	3
3.	O novo regime do agravo	4
CAPÍTULO 2	LEI Nº 11.276, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2006 (ENTRADA EM VIGOR EM 9 DE MAIO DE 2006).....	9
1.	Recursos. Generalidades.....	9
2.	A unicidade dos recursos. Fungibilidade recursal	12
3.	Admissibilidade e mérito dos recursos	15
4.	Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	17
5.	Irrecorribilidade dos despachos.....	18
6.	Tempestividade recursal. Termo <i>a quo</i>	18
7.	Apelação	19
7.1.	Generalidades.....	19
7.2.	Apelação. Requisito intrínseco de admissibilidade. Existência de súmula impeditiva do STJ e do STF.....	21
CAPÍTULO 3	LEI Nº 11.277, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2006 (ENTRADA EM VIGOR EM 9 DE MAIO DE 2006).....	23
1.	Generalidades	23
2.	Formação do processo	24
3.	Fase postulatória. Indeferimento do pedido <i>in limine</i>	26
CAPÍTULO 4	LEI Nº 11.280, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006 (ENTRADA EM VIGOR EM 17 DE MAIO DE 2006).....	29
1.	Competência jurisdicional. Generalidades. O sistema atual	29
1.1.	Competência territorial	31
1.2.	Competência relativa. Controle da competência. Exceção de incompetência.....	34
1.3.	Competência de foro. Pacto de eleição. A decretação da incompetência de ofício	36
1.4.	Exceção de incompetência. Local de sua apresentação	38
2.	Comunicação dos atos processuais	39
2.1.	Generalidades.....	39
2.2.	Cartas como instrumento de comunicação processual	39
2.3.	Cartas e saneamento.....	43
2.4.	Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	43
3.	A prescrição e a decadência.....	45
3.1.	Generalidades.....	45

3.2.	Os efeitos da citação.....	46
3.3.	A interrupção da prescrição como efeito da citação.....	48
3.4.	Decretação da prescrição <i>ex officio</i>	49
4.	Distribuição por dependência.....	50
5.	Defesa do réu e revelia	52
5.1.	A defesa do réu	52
5.2.	Efeito da revelia. A fluência dos prazos independentemente de intimação	54
6.	Tutela antecipada em ação rescisória.....	55
6.1.	Coisa julgada. Generalidades	55
6.2.	Ação rescisória – finalidade e pressupostos	57
6.3.	Tutela antecipada e ação rescisória	59
6.4.	O julgamento da ação rescisória	61
7.	A ordem dos processos nos tribunais. O pedido de vista e a inclusão do processo em pauta	61
7.1.	Procedimento no tribunal	61
7.2.	Distribuição dos recursos	61
7.3.	A revisão	62
7.4.	Designação do dia do julgamento. Publicação da pauta. Ciência inequívoca.....	63
7.5.	Adiamento da sessão.....	63
7.6.	Interregno entre a sessão e a publicação da pauta.....	63
7.7.	Participação do juiz que lançou o visto nos autos.....	64
7.8.	Sessão de julgamento.....	64
7.9.	O pedido de vista nos tribunais e a inclusão do feito em pauta	66

**CAPÍTULO 5 LEI Nº 11.232, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005
(ENTRADA EM VIGOR EM 24 DE JUNHO DE 2006)**

1.	A sentença e seu novel conceito	71
1.1.	Sentença. Regime pretérito	71
1.2.	Requisitos intrínsecos da sentença. Congruência e certeza.....	74
1.3.	Requisito intrínseco. Especificidade. A sentença e a tutela específica	77
1.4.	O novo conceito de sentença	78
2.	Execução	80
2.1.	Generalidades	80
2.2.	Fundamentos processuais e materiais do cumprimento por execução.....	84
2.3.	Princípios do processo de execução e do cumprimento da sentença	86
2.3.1.	Princípio da realidade	87
2.3.2.	Princípio da execução específica	88
2.3.3.	Princípio da livre disponibilidade	89
2.3.4.	Princípio da economicidade.....	91

2.4.	Pressupostos da execução e do cumprimento da sentença	92
2.4.1.	Inadimplemento do devedor.....	93
2.4.2.	Título executivo	94
2.4.2.1.	Requisitos do título executivo: certeza, exigibilidade e liquidez.....	94
2.5.	Liquidação dos títulos judiciais	96
2.5.1.	Generalidades	96
2.5.2.	Liquidação no procedimento sumário	98
2.5.3.	Liquidação por iniciativa do devedor	99
2.5.4.	Modalidades de liquidação.....	99
2.5.4.1.	Liquidação por arbitramento.....	99
2.5.4.2.	Liquidação por artigos.....	100
2.5.5.	Liquidação de sentença – recurso	102
2.6.	O cumprimento da sentença por execução	102
2.6.1.	A novel ideologia da execução.....	102
2.6.1.1.	Introdução.....	102
2.6.1.2.	Títulos executivos judiciais (regime anterior à Lei nº 11.232/05)	109
2.6.1.3.	Títulos executivos judiciais (regime da Lei nº 11.232/05)	116
2.6.2.	Cumprimento da sentença de entrega de soma	118
2.6.2.1.	Competência	118
2.6.2.2.	Procedimento.....	120
2.6.2.3.	Fase postulatória.....	122
2.6.2.4.	Cumprimento por execução definitiva e execução provisória	123
2.6.2.4.1.	Generalidades	123
2.6.2.4.2.	A moderna execução provisória (Lei nº 11.232/05).....	124
2.6.3.	Impugnação ao cumprimento da sentença	128
2.6.3.1.	Fundamentos da impugnação ao cumprimento da sentença	130
2.6.3.2.	Impugnação e declaração de inconstitucionalidade.....	135
2.6.3.3.	Eficácia da impugnação ao cumprimento da sentença.....	137
2.6.3.4.	Procedimento da impugnação ao cumprimento da sentença	138
2.6.4.	O cumprimento das sentenças de obrigações de fazer e não fazer	140
2.6.4.1.	Generalidades	140
2.6.4.2.	Procedimento.....	142
2.6.4.3.	O cumprimento das obrigações de fazer e não fazer. As <i>astreintes</i> e a impugnação	150
2.6.4.4.	Tutela inibitória (obrigações negativas).....	151
2.6.4.4.1.	Tutela jurisdicional de direitos	151

	2.6.4.4.2.	A crise da tutela condenatória – ilícito de lesão e ilícito de perigo	152
	2.6.4.4.3.	Tutela inibitória – finalidade – pressupostos – fundamentos	154
	2.6.4.4.4.	Classificação da tutela inibitória.....	156
	2.6.4.4.5.	Pressupostos e características da tutela inibitória antecipada.....	157
	2.6.4.5.	Execução das obrigações de prestar declaração de vontade.....	158
2.6.5.		O cumprimento da sentença para a entrega de coisa.....	162
	2.6.5.1.	Generalidades	162
	2.6.5.2.	Procedimento do cumprimento da sentença para entrega de coisa.....	164
	2.6.5.3.	Incidentes da entrega	165
	2.6.5.4.	Impugnação por retenção	166
2.6.6.		O cumprimento da sentença e a indenização decorrente de responsabilidade civil.....	167
2.6.7.		Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública.....	168
	2.6.7.1.	Embargos à execução contra a Fazenda Pública	171
2.6.8.		O cumprimento da sentença e a ação monitória.....	172
3.		Questões controvertidas	173

CAPÍTULO 6 LEI Nº 11.382, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2006 (ENTRADA EM VIGOR EM 20 DE JANEIRO DE 2007) 177

1.		A novel execução por título extrajudicial.....	177
	1.1.	Requisitos do crédito exequendo.....	178
	1.2.	Responsabilidade patrimonial	179
	1.2.1.	Generalidades	179
	1.2.2.	Responsabilidade patrimonial primária.....	181
	1.2.3.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	183
	1.3.	Atentado à execução	184
	1.4.	Petição inicial e execução extrajudicial. Medidas acautelatórias	184
	1.5.	Avaliação por oficial de justiça	186
	1.6.	Execução extrajudicial de obrigação de fazer fungível	187
	1.7.	A impenhorabilidade na reforma do CPC.....	191
	1.8.	A novel execução por título extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente. Procedimento	193
	1.8.1.	Fase postulatória.....	193
	1.8.2.	Despacho liminar	201
	1.9.	Penhora	202
	1.9.1.	Antecedentes.....	202
	1.9.2.	Novas regras da penhora.....	206
	1.9.3.	Substituição dos bens penhorados	209

1.9.4.	Procedimento da penhora. Regras supletivas	212
1.9.5.	Destino dos bens penhorados	213
1.9.6.	Avaliação dos bens penhorados	215
1.10.	Expropriação	218
1.10.1.	Antecedentes.....	218
1.10.2.	Arrematação – atos preparatórios – avaliação – publicidade geral e especial.....	220
1.10.3.	A expropriação na nova reforma	229
1.10.3.1.	O preço da arrematação	233
1.10.3.2.	Legitimidade para lançar	234
1.10.3.3.	Ultimação da arrematação.....	235
1.10.3.4.	Causas de ineficácia da arrematação	236
1.10.3.5.	Requisitos da carta de arrematação	237
1.10.4.	Expropriação. A nova regra do leilão público.....	238
1.10.5.	Concurso de credores e decisão judicial.....	239
1.10.6.	Usufruto de bens	239
1.11.	Os embargos do executado	241
1.11.1.	Generalidades	241
1.11.2.	O novel regime dos embargos	242
1.11.3.	Embargos e desnecessidade de penhora.....	244
1.11.4.	O prazo dos embargos.....	245
1.11.5.	Rejeição liminar dos embargos	247
1.11.6.	Efeitos dos embargos do executado.....	248
1.11.7.	A defesa do embargado.....	250
1.11.8.	Condições específicas da ação de embargos e pressupostos processuais.....	250
1.11.9.	Embargos protelatórios.....	253
1.11.10.	Revelia do embargado	253
1.11.11.	Reconhecimento do pedido pelo executado.....	254
1.11.12.	Fundamentos dos embargos	255
1.11.13.	Embargos à expropriação (alienação – arrematação – adjudicação)	260
1.12.	O novo regime da adjudicação.....	261
1.13.	A expropriação por alienação particular.....	266
1.14.	A simplificação do processo de execução e sua repercussão estrutural.....	268
1.15.	Dispositivos revogados	268
2.	Questões controvertidas	273

**CAPÍTULO 7 LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006
(ENTRADA EM VIGOR EM 20 DE MARÇO DE 2007)** 277

1.	Introdução.....	277
1.2.	Iniciativa para propor a edição, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes	278
1.2.1.	Possibilidade de atuação de ofício do STF	278
1.2.2.	Legitimidade para propor a edição de súmulas vinculantes	279

1.3.	Requisitos legais para a edição de súmulas vinculantes.....	280
1.3.1.	Reiteradas decisões sobre matéria constitucional.....	280
1.3.2.	Controvérsia atual que gere grave insegurança e multiplicação de processos.....	281
1.3.3.	Aprovação por 2/3 de seus membros.....	282
1.4.	Reclamação constitucional	282

CAPÍTULO 8 REPERCUSSÃO GERAL E O RECURSO EXTRAORDINÁRIO (LEI Nº 11.418, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 COM ENTRADA EM VIGOR EM 21, DE FEVEREIRO DE 2007)..... 285

1.	Introdução.....	285
2.	Recurso extraordinário.....	286
2.1.	Generalidades.....	286
2.2.	Pressupostos constitucionais de cabimento do recurso extraordinário.....	290
3.	A repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário	292
4.	A forma de arguição da repercussão geral.....	293
5.	Competência para análise da repercussão geral.....	293
6.	A desobediência ao teor da súmula da repercussão geral.....	300
7.	Direito intertemporal.....	301

CAPÍTULO 9 LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 (ENTRADA EM VIGOR EM 20 DE MARÇO DE 2007) 303

1.	Introdução.....	303
2.	Âmbito de incidência e definições.....	303
3.	Identificação do usuário	304
4.	Atos processuais eletrônicos	305
4.1.	Momento da prática dos atos.....	305
4.2.	Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	306
5.	Força probante dos documentos	308
6.	Regras de transição.....	310
7.	Alterações no CPC	311

CAPÍTULO 10 LEI Nº 11.441, DE 04 DE JANEIRO DE 2007 (ENTRADA EM VIGOR EM 05 DE JANEIRO DE 2007) 317

1.	A simplificação dos ritos do inventário, da separação e do divórcio	317
1.1.	Processo e procedimento. Generalidades.....	317
1.2.	Simplificação procedimental	318
1.3.	Questões controvertidas.....	321

CAPÍTULO 11	LEI Nº 11.672, DE 08 DE MAIO DE 2008	
	(ENTRADA EM VIGOR EM 07 DE AGOSTO DE 2008)	
1.	A identidade <i>ratione materiae</i> dos recursos especiais.....	325
CAPÍTULO 12	LEI Nº 11.694, DE 12 DE JUNHO DE 2008	
	(ENTRADA EM VIGOR EM 12 DE JUNHO DE 2008)	
1.	A execução e os partidos políticos.....	341
CAPÍTULO 13	A REFORMA E O DIREITO INTERTEMPORAL.....	343
Anexos		
	Exposição de motivos da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005.....	350
	Exposição de motivos da Lei nº 11.276, de 7 de fevereiro de 2006	351
	Exposição de motivos da Lei nº 11.277, de 7 de fevereiro de 2006	352
	Exposição de motivos da Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006	353
	Exposição de motivos da Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005	355
	Textos legais e quadros comparativos	359
1)	Lei nº 11.187/05	359
2)	Lei nº 11.276/06	361
3)	Lei nº 11.277/06	362
4)	Lei nº 11.280/06	362
5)	Lei nº 11.232/05	365
6)	Lei nº 11.382/06	376
7)	Lei nº 11.417/06	406
8)	Lei nº 11.418/06	408
9)	Lei nº 11.419/06	411
10)	Lei nº 11.441/07	422
11)	Resolução nº 35 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.....	425
CAPÍTULO 14	DIREITO EM EXPECTATIVA. OS PROJETOS	
	EM TRAMITAÇÃO	431
1.	Honorários advocatícios e sucumbência recursal.....	431
1.1.	Generalidades.....	431
1.2.	Sucumbência recursal.....	435
2.	Conciliação e fase inicial do processo	436
3.	Juizados especiais. Modificações procedimentais	
	e uniformização de jurisprudência.....	437
3.1.	Modificações procedimentais	437
3.2.	Uniformização de jurisprudência nos juizados especiais	438
4.	A supressão dos embargos de declaração	439
5.	Agravo regimental e sustentação oral.....	439
ÍNDICE REMISSIVO.....		443